

A primeira guerra total

MARCELO COELHO

Folha de S.Paulo, 20.7.2014

Há cem anos começava o conflito até hoje nebuloso

RESUMO A responsabilidade russa, as atrocidades do exército prussiano sobre os belgas, o assassinato do arquiduque e o jogo político na Europa são alguns dos temas explorados em diversos livros recentes que investigam a Primeira Guerra, conflito que, cem anos depois de seu início, permanece ainda pouco investigado.

-

Ao contrário da Segunda Guerra Mundial --que se explica pelo nazismo--, tudo é obscuro e controverso no conflito que foi de 1914 a 1918. A morte de ao menos 10 milhões de pessoas naqueles quatro anos parece ter sido um sacrifício inútil, causado não se sabe exatamente por que razão.

Os resumos de escola se contentam em mencionar o assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, como o "estopim" da Primeira Guerra --que, em seguida, é desqualificada como um confronto entre potências imperialistas (França, Inglaterra, Rússia e, posteriormente, Itália e Estados Unidos de um lado; Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano de outro).

Sem despertar maiores torcidas no plano moral, o interesse pela Primeira Guerra termina diminuído na comparação com a luta dos Aliados contra Hitler e Mussolini; a complicadíssima crise de 1914 pode ser fascinante, mas tende a atrair sobretudo os fanáticos pelos jogos de geopolítica e pelas teorias das relações internacionais.

Vários livros vão sendo editados no Brasil por ocasião do centenário da Primeira Guerra, e podem mudar bastante essa percepção.

Nenhum dos que serão comentados neste texto consegue superar "Os Canhões de Agosto", clássico de Barbara Tuchman publicado nos Estados Unidos em 1962 e com tradução brasileira esgotada há bastante tempo. É que, ao contrário das interpretações correntes, a historiadora americana (1912-1989) não temeu os julgamentos morais --em seu livro, condena claramente a Alemanha--, sem sacrificar por isso a precisão e o ritmo fulgurantes da narrativa.

Mesmo que seu ponto de vista se revele contestável à luz de pesquisas mais recentes --como a de Sean McMeekin, no ainda não traduzido "July 1914" [Perseus, R\$ 72,30, 464 págs.; disponível também em e-books], que aponta para a responsabilidade russa na crise--, o livro de Barbara Tuchman é o melhor "estopim" emocional para quem quiser se envolver nas discussões sobre o conflito.

MILITARISMO Ainda que todos os participantes da Primeira Guerra tenham promovido atos hediondos --com monumental destaque para o genocídio armênio, que deixou pelo menos 1 milhão de mortos, empreendido pelos turcos

a partir de 1915--, mesmo antes de Hitler o militarismo prussiano acumula um currículo com o qual é difícil rivalizar.

Os alemães foram os primeiros a utilizar gás venenoso na guerra, na segunda batalha de Ypres, em 1915. Antes disso, os franceses se limitaram ao gás lacrimogêneo. Logo os combatentes trataram de se proteger com máscaras de diversos tipos. Ao cloro letal, capaz de corroer o tecido dos pulmões, a tecnologia alemã acrescentou então o gás mostarda, que atua diretamente sobre a pele.

Veio dos alemães a decisão de usar submarinos (indetectáveis à época) para atacar não só navios militares como também navios mercantes, a partir de outubro de 1914, e também transatlânticos de passageiros, como o britânico Lusitania, em maio de 1915. O navio afundou em menos de 20 minutos, matando perto de 1.200 civis.

Foram também os primeiros, na Grande Guerra, a lançar ataques aéreos contra a população urbana. Em agosto de 1914, nove habitantes da cidade belga de Liège foram mortos por bombas jogadas de um zepelim. Inicialmente vetados pelo kaiser, os bombardeios contra Londres viriam no começo de 1915.

Numa incursão inútil ao litoral britânico, o almirante Von Hipper explodiu casas de veraneio e edifícios públicos em dezembro de 1914. Era o conceito de "guerra total", ou "absoluta", que se impunha sobre as populações europeias (embora tivesse precedentes mais antigos). Não mais se acreditava que um conflito entre países dependesse só de batalhas entre soldados; tratava-se de destruir todos os recursos econômicos, humanos e morais do adversário.

ATROCIDADES Nenhuma dessas iniciativas alemãs teve efeito comparável, na opinião pública mundial, ao das famosas "atrocidades" (o termo virou um lugar-comum) cometidas na Bélgica logo nos primeiros dias da guerra.

Era tão grande a autoconfiança da máquina militar prussiana que os invasores nem sequer cogitavam uma possível resistência do pequeno país neutro. Os planos alemães previam passar pela Bélgica rapidamente, de modo a atacar a França pelo norte, evitando a linha de fortificações que protegia a fronteira leste francesa.

Não se teve ideia melhor do que redigir um ultimato à Bélgica --que não tinha nada a ver com o que acontecia do outro lado da Europa, entre russos, sérvios, austríacos e alemães. O pequeno país do rei Alberto 1º tinha sua neutralidade garantida por um tratado internacional assinado em 1839, pela Prússia inclusive.

O tratado? "Só um pedaço de papel", na frase famosa do ministro alemão das Relações Exteriores, Theobald von Bethmann-Hollweg. Para assegurar a marcha até Paris, ele expediu uma carta aos belgas, prometendo não atacá-los e pagar por eventuais prejuízos, caso franqueassem suas fronteiras às tropas alemãs.

Já em 1904, o kaiser Guilherme 2º acenara com ganhos territoriais para a Bélgica, em caso de derrota dos franceses. De modo tipicamente descalibrado -- para dizer o menos--, prometera também a "coroa da Borgonha" ao soberano belga.

Preferindo resistir a anular-se como país independente, a Bélgica logo enfrentaria uma impiedosa devastação. Os alemães não duvidavam da própria superioridade militar, mas temiam a reação de franco-atiradores.

Em "Catástrofe - 1914: A Europa vai à Guerra" [trad. Berilo Vargas, Intrínseca, R\$ 49,90, 704 págs.; R\$ 29,90, e-book], do jornalista e historiador britânico Max Hastings, 68, alinham-se exemplos chocantes das retaliações do exército do "kaiser" sobre a população belga.

Trata-se de um dos raros livros recentes a insistir na tese da culpa alemã, tese essa que teve seu auge na década de 1960 com as pesquisas do germaníssimo (e ex-nazista) Fritz Fischer (1908-1999), da Universidade de Hamburgo.

Hastings conta que, em 5 de agosto de 1914 (dois dias depois de a Alemanha declarar guerra à França), dez moradores de uma aldeia belga, incluindo uma família de cinco pessoas, foram assassinados em resposta à morte de soldados alemães. Os 118 habitantes da vila de Soumagne foram mortos com tiros ou golpes de baioneta no dia seguinte.

Os alemães avançaram até Liège: em 8 de agosto, como punição por atos de resistência, 850 civis foram executados, e 1.300 casas, destruídas pelo fogo.

O pior aconteceria em Louvain, também na Bélgica, em 25 de agosto. Um incêndio acidental colocou os alemães em polvorosa. Invadiram casas, arrastaram moradores para a rua, espancaram-nos, fuzilaram-nos, e tiveram a ideia de incendiar uma das mais valiosas bibliotecas da Europa, com 300 mil volumes. Em seguida, impediram os bombeiros de agir, destruíram 2.000 edifícios e expulsaram 10 mil habitantes de suas casas, deportando 1.500 para a Alemanha.

Casos semelhantes fazem parte, hoje em dia, da rotina de qualquer guerra; na época, justificaram plenamente a imagem dos alemães como "bárbaros", ou "hunos", no vocabulário da propaganda britânica. Contra os 6.427 civis mortos pelos alemães em 1914, segundo Hastings, contam-se apenas 101 vítimas da população alemã na invasão russa da Prússia Oriental, no mesmo ano.

O que explica tanto furor guerreiro? Hastings cita o texto de um polemista alemão em 1913, segundo o qual "a destruição impiedosa das forças inimigas é o objetivo mais humano que se possa ter, por estranho que pareça". Havendo muita consideração pelo adversário, a guerra se prolongaria demais, com prejuízo para todos.

PERSPECTIVAS Para encontrar perspectivas menos desfavoráveis aos alemães, é preciso fechar os livros de Barbara Tuchman e Max Hastings, cuja argumentação viemos seguindo até agora.

"Os Sonâmbulos" [trad. Laura Teixeira Motta e Berilo Vargas, Companhia das Letras, R\$ 69,50, 704 págs.; R\$ 39,50, e-book], do britânico Christopher Clark, tem vários pontos de superioridade sobre "Catástrofe". Concentra-se sobre os antecedentes históricos da Primeira Guerra, traçando com nitidez e verve a situação política, para lá de confusa, dos países envolvidos no conflito.

Enquanto Hastings é sobretudo um historiador militar da velha guarda, apressando a narrativa da crise diplomática de julho de 1914 para contar em pormenor as batalhas travadas ao longo daquele ano, Clark ilumina a sequência de improbabilidades, cálculos errados e tensões involuntárias que iria desencadear o conflito.

Evita o "jogo da culpabilização", ou "blame game", sempre tentador num desastre de tais dimensões. "A Grande Guerra foi uma tragédia, não um crime", afirma na conclusão.

CRIME BÁRBARO Seja como for, o livro de Clark começa com um crime bárbaro e repugnante. Não se trata, ainda, do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e de sua mulher. Para uma descrição sensacional do atentado, a melhor leitura em português está em "O Assassinato do Arquiduque: Sarajevo, 1914, e o Romance que Mudou o Mundo" [trad. Gilson César Cardoso de Souza, Cultrix, R\$ 52, 400 págs.], de Greg King e Sue Woolmans.

Mas o crime a que Clark se refere ocorreu em Belgrado, 11 anos antes. O rei Alexandre e a rainha Draga são acordados no meio da noite; é uma conspiração militar. Estão protegidos, nos aposentos reais, por uma pesada porta de carvalho --que uma carga de dinamite põe abaixo. O casal se esconde na rouparia.

Em outras partes de Belgrado, o massacre toma livre curso; dois irmãos da rainha são apunhalados, o primeiro-ministro e o ministro da Guerra são executados à queima-roupa. Por fim, o rei e a rainha serão encontrados, mortos e esquartejados. Era o fim da dinastia dos Obrenovic, notável pela brutalidade.

Toma conta do reino o representante da dinastia rival, de currículo não menos apavorante, mas seguindo um ideário supostamente liberalizante --e, principalmente, expansionista. Numa região pulverizada em pequenas nacionalidades, tentando emergir entre os destroços de dois impérios (o Otomano e o Austro-Húngaro), ganhava força o lema segundo o qual "onde há um sérvio, lá é a Sérvia".

O grupo que toma o poder após o assassinato de Alexandre e Draga tem apoio da Rússia, motivada não só por questões de identidade étnica --eram todos "eslavos"-- mas também pelo afã de garantir o enfraquecimento de turcos e austríacos numa área de importância geopolítica fundamental até hoje. A saber, o lado oriental do Mediterrâneo e sua ligação com o mar Negro, capaz de prover a Rússia de portos incomparavelmente mais convenientes do que as águas geladas do norte europeu.

Os assassinos de 1903, em especial o famigerado Dragutin Dimitrijevic, o Apis (chefe da organização secreta Mão Negra e também responsável pelo serviço de inteligência do Exército sérvio) dariam inspiração e recursos para que o jovem Gavrilo Princip, nascido na Bósnia, mas de origem sérvia, disparasse os tiros de Sarajevo.

Do ponto de vista de hoje, marcado pelos atentados do 11 de Setembro, não chega a ser surpreendente que os austríacos tenham desejado reagir militarmente contra a Sérvia, cuja organização governamental estava implicada claramente em atos terroristas.

Com notável isenção, Clark lembra que não deixavam de ser legítimos os interesses da Sérvia em aumentar seu raio de independência, em meio a minorias nacionais sob o jugo dos austríacos.

TORRE DE BABEL O regime do velhíssimo imperador Francisco José errou catastroficamente ao pretender punir a Sérvia. Seu Exército, uma torre de Babel de nacionalidades que mal e mal improvisaram um mínimo idioma alemão em

comum, vinha acumulando derrotas durante todo o século anterior. Enquanto isso, a Rússia se armava e se modernizava, com entusiasmada assistência francesa.

Uma ação austro-húngara contra a Sérvia previsivelmente desencadearia uma represália russa. Sabendo disso, os austríacos enviaram à corte do kaiser, no começo de julho, uma missão encarregada de avaliar o apoio dos alemães à pretendida missão punitiva.

Obteve da Alemanha o famoso "cheque em branco", garantindo, nos termos da aliança entre os dois países, sustentação militar à invasão da Sérvia. Guilherme 2º esperava que os austríacos empreendessem uma "blitzkrieg" contra Belgrado, coisa que eles não estavam preparados para fazer. Grande parte do Exército, composto de camponeses, se preparava para a colheita do verão; quanto à metade húngara do sistema político dual do império, eram imensas as resistências a entrar em guerra.

Clark, assim como faz Sean McMeekin em sua reconstituição, dia por dia, dos mal-entendidos e hesitações da crise, é excelente ao demonstrar que, dentro de cada país e dentro do espírito de cada uma das principais lideranças políticas, nada existia de unívoco.

O kaiser tinha, com certeza, alguns parafusos a menos. Após um concerto, pegava o maestro pelo braço e lhe ministrava lições de música. Após receber um título puramente honorífico da Marinha britânica (era neto da rainha Vitória), começou a pedir informações e dar palpites sobre a organização do poderio naval alheio.

"Os Três Imperadores" [trad. Clóvis Marques, Objetiva, R\$ 57,90, 600 págs.; R\$ 29,90, e-book], da britânica Miranda Carter, faz a biografia conjunta, com algum excesso de fofocas familiares, dos primos George 5º (Inglaterra), Nicolau 2º (Rússia) e Guilherme 2º (Alemanha).

No plano puramente estratégico, o soberano alemão tinha sempre uma proposta absurda: numa crise entre EUA e Japão, por exemplo, ofereceu ao presidente americano um destacamento militar para guardar a costa californiana.

Enquanto os austríacos não invadiam a Sérvia, o medo passou a tomar conta de Guilherme 2º; cada dia de atraso tornava mais provável a mobilização russa em favor do pequeno país eslavo.

Por que não desistir, então?

Bem que o kaiser tentou, assim como Nicolau 2º do lado russo, mas a crise acabou chegando a um ponto em que a técnica (e os desejos) puramente militares tornavam difícil recuar.

A diplomacia significava cada vez menos. É difícil, apesar das argumentações de Clark e de McMeekin, crer na sinceridade dos esforços, ou na acidentalidade dos erros, de um personagem como Bethmann-Hollweg, ministro das Relações Exteriores alemão. Cada passo inexplicável da diplomacia alemã pode ser visto como falha profissional mas também como aposta no caminho de fazer a Rússia, e não a Alemanha, surgir como responsável pela beligerância.

"MYGOTOVY!" Sem dúvida, a violência com que a Alemanha desencadeou o ataque à Bélgica e à França só se justifica, do ponto de vista subjetivo, pelo fato de que se sentia efetivamente acuada por inimigos a ponto de querer destruí-los.

A teoria de que a Alemanha estava "cercada" e que só desejava "um lugar ao sol" ganha argumentos no livro de Clark e, mais ainda, em "O Horror da Guerra" [trad. Janaína Marcoantonio, Planeta, R\$ 89,90, 768 págs.], do escocês Niall Ferguson, pelo fato de que repetidas vezes a Inglaterra vetou empreendimentos comerciais alemães no Oriente e na África.

É mais fácil ver, por outro lado, o que a França teria a ganhar na eventualidade de uma guerra (tratava-se de recuperar as regiões da Alsácia e da Lorena, perdidas para Bismarck em 1870), do que os benefícios à Alemanha. Se a Rússia quisesse entrar em guerra com Alemanha e Áustria em função de algum conflito balcânico, disse famosamente o francês Poincaré em 1912, "estamos prontos" a ajudar. Falou em russo: "Mygotovy!"

A certeza de que a Rússia, com ajuda francesa, militarizava-se cada vez mais foi um importante fator para o pensamento militar germânico. Melhor entrar em guerra agora do que mais tarde, raciocinava Moltke, o chefe do Estado-Maior alemão.

Ele sabia que a guerra europeia, nas condições modernas, seria prolongada e destrutiva (ao contrário, seu equivalente francês, Joffre, apostava em cargas de cavalaria e baionetas no estilo napoleônico). Mesmo representando o "fim da civilização", era uma realidade que teria de ser encarada.

Trata-se de um bom exemplo daquele "pensamento trágico" tão ao gosto dos conservadores --de qualquer país, aliás. O debate sobre as responsabilidades de cada um no morticínio é interminável. A bibliografia, mesmo em português, não cessa de aumentar.

"Os Sonâmbulos", de Clark, é o melhor da atual safra. "O Horror da Guerra", de Ferguson, formula as perguntas cruciais sobre a guerra em seu conjunto (por que as pessoas lutavam? Houve entusiasmo da população? Que país era o mais militarista?), mas peca por certa extravagância nas respostas, com marcada antipatia pela posição inglesa no conflito. O excesso de estatísticas e notas torna mais trabalhosa, ademais, sua leitura.

"Catástrofe", de Max Hastings, combina história diplomática, narrativa militar e depoimentos de soldados e civis para traçar um quadro do primeiro ano do conflito, atento à voga da "história do cotidiano", à técnica militar e à tendência recente de focar o desenvolvimento dos conflitos nas decisões individuais de seus protagonistas. O resultado é que o texto, apesar de muito claro, parece oscilar entre essas três perspectivas.

A vida nas trincheiras e nas regiões assoladas pelo conflito é tratada de forma engenhosa em outro livro, "A Beleza e a Dor" [trad. Fernanda Sarmatz Åkesson, Companhia das Letras, R\$ 62, 520 págs.], do sueco Peter Englund, que entrelaça histórias reais de pessoas de várias nacionalidades durante aqueles anos.

Como texto de referência, algo como um verbete de enciclopédia bastante estendido, há ainda "A Primeira Guerra Mundial" [trad. Roberto Cataldo Costa, Contexto, R\$ 69,90, 560 págs.], de Lawrence Sondhaus. Até o final deste ano do

centenário da Grande Guerra, certamente mais coisa será lançada nesse horizonte, já tão cheio de clarões e de fumaça.